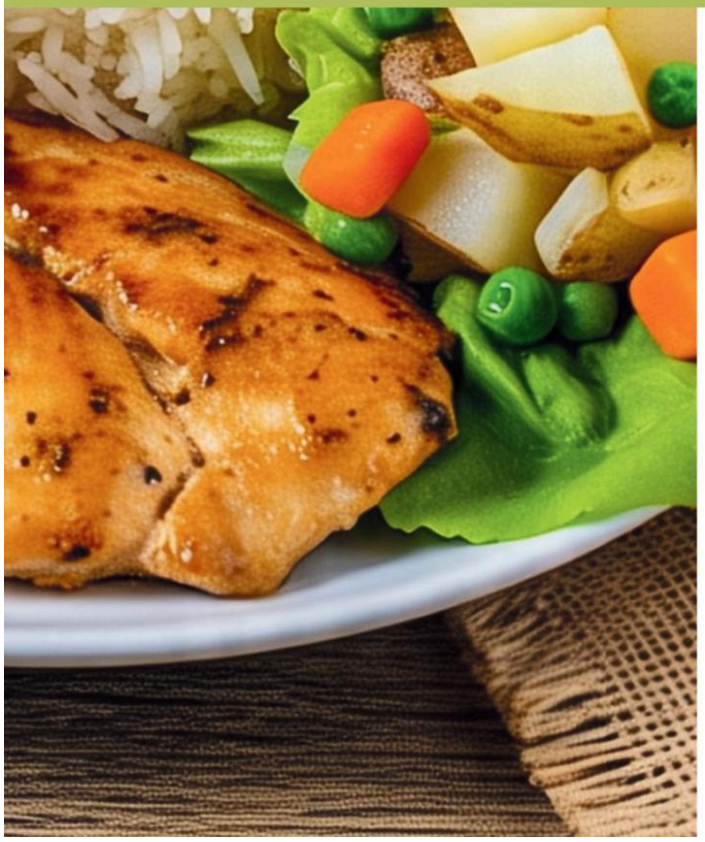
PLAMSAN

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional



MAUÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Amor pela nossa gente

Prefeito
Marcelo Oliveira

Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional
Hélio Tomaz Rocha

Membros da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-MAUÁ)
Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
Hélio Tomaz Rocha
Secretaria de Assistência Social
Fernanda Gomes Dias de Oliveira
Secretaria de Saúde
Eliene de Paula Pinto
Secretaria de Educação
Gilmar Silverio
Secretaria de Meio Ambiente
Reinaldo Soares de Araújo
Secretaria de Governo
Hélcio Antônio da Silva
Secretaria de Trabalho e Renda
Elton Alves de Carvalho
Secretaria de Esporte e Lazer
Marcio Bertucci Correa

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Alex Trajano

Membros da Comissão Técnica Organizadora do Primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Alex Trajano
Aline Pezzo
Camila Cristina da Silva
Carmen Cinthia Marini da Silva
Claudionor Borges da Silva
Daniela Brasil Almeida
Hélio Tomaz Rocha
Marco Aurélio Silveira Grande
Marigot Bellver Negri
Ozelito José Benedito
Sandra Regina Rodrigues
Vladimir Garcia
Apoio da Comissão Técnica
Sebastião Maciel Sobrinho (Secretaria de Assistência Social)
Mauricio Leme (Secretaria de Educação)
Rogério Santana (Secretaria de Meio Ambiente)
Glauce Batista de Miranda Brito (Secretaria de Esporte e Lazer)

I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PLAMSAN

Município de Mauá – SP

2025 - 2028

1. Introdução

1.1 Apresentação

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá (PLAMSAN) é um instrumento de planejamento estratégico, intersetorial e participativo que tem como objetivo assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no município, em consonância com os princípios da soberania alimentar, sustentabilidade, justiça social e dignidade humana.

Sua elaboração é coordenada pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá (SSAN), com protagonismo da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-MAUÁ), espaço técnico de articulação entre as secretarias municipais, e em parceria com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA-MAUÁ), instância de controle social e participação cidadã.

O PLAMSAN fundamenta-se nas diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346/2006, e busca consolidar uma política pública permanente, voltada à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Seu enfoque prioriza a intersetorialidade, a participação da sociedade civil e a governança democrática no campo da segurança alimentar e nutricional.

A construção do plano também se apoia em instrumentos técnicos e de vigilância como o SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, que permite o acompanhamento do estado nutricional da população e dos padrões de consumo alimentar. Esses dados contribuem para orientar ações mais precisas, sensíveis às desigualdades territoriais e à diversidade sociocultural do município.

Trata-se de um marco institucional fundamental para o município, pois além de nortear políticas locais também atende ao disposto na Emenda Constitucional nº 64/2010, que inclui a alimentação como um direito social no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, equiparando-a à saúde, educação e moradia.

1.2 Objetivos do PLAMSAN

Objetivo Geral:

Assegurar o direito à alimentação adequada, saudável e culturalmente apropriada à população de Mauá, por meio da articulação intersetorial de políticas públicas, da promoção da soberania alimentar e da participação ativa da sociedade civil.

Objetivos Específicos:

- **Fortalecer, ampliar e qualificar ações de prevenção e combate à insegurança alimentar e nutricional**, com foco nas populações em situação de maior vulnerabilidade.

- **Apoiar e valorizar a agricultura familiar, urbana e periurbana**, promovendo circuitos curtos de produção, comercialização e o abastecimento alimentar saudável.

- **Incentivar práticas sustentáveis de produção, distribuição e consumo**, contribuindo para sistemas alimentares locais resilientes e inclusivos.

- **Promover ações permanentes de educação alimentar e nutricional** nos equipamentos públicos e territórios, com foco na promoção da saúde e autonomia alimentar.

- **Integrar políticas públicas das áreas de governo, saúde, educação, esporte e lazer, assistência social, trabalho e renda e meio ambiente**.

- **Reduzir desigualdades sociais no acesso à alimentação**, considerando os marcadores de raça, gênero, deficiência, território e ciclo de vida.

- **Fortalecer a participação da sociedade civil**, por meio do COMSEA e de mecanismos de controle social e escuta ativa nos territórios.

1.3 Contexto Municipal

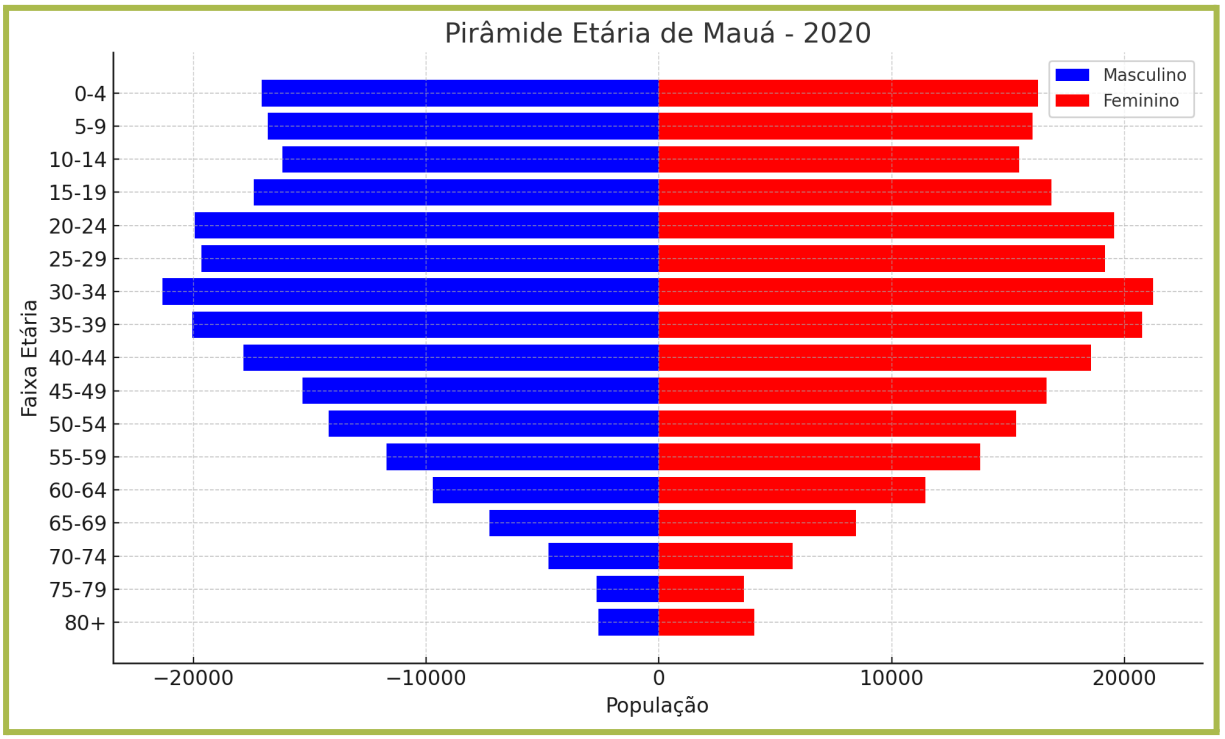
O município de Mauá integra a Região Metropolitana de São Paulo, sendo parte da região do Grande ABC. Com uma população estimada em 477.552 habitantes (IBGE, 2020) distribuída em 61,91 km², apresenta uma das maiores densidades demográficas da região (6.741,41 hab./km²), o que intensifica os desafios de urbanização, planejamento territorial e acesso equitativo a direitos sociais básicos, como a alimentação adequada.

Imagem 1: Mapa de Mauá (Fonte: Google Maps)

A compreensão do perfil etário e de gênero da população mauaense é essencial para o planejamento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Os dados comparativos elaborados pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) entre os anos de 2010 e 2020 revelam transformações importantes: enquanto a população total cresceu 10%, observa-se uma queda no número de crianças e jovens (0 a 19 anos) e um expressivo aumento nas faixas etárias acima de 50 anos, sinalizando um processo de envelhecimento populacional. Além disso, a distribuição por sexo mostra um ligeiro predomínio feminino, principalmente entre as faixas etárias mais avançadas, o que demanda atenção especial às políticas voltadas às mulheres idosas e à população em envelhecimento.

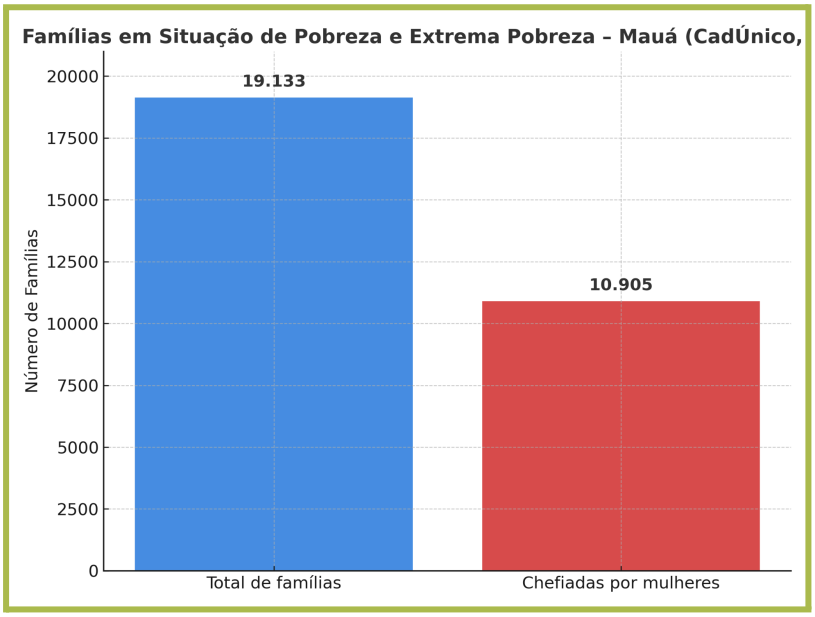
Essas mudanças demográficas reforçam a importância de estratégias de SAN que considerem os ciclos de vida e as especificidades de cada faixa etária. Analisando dados das estimativas preliminares elaboradas pelo SVS temos a projeção do gráfico abaixo:

Gráfico 1: Piramide Etária de Mauá (2020), representando a distribuição da população por faixa etária e sexo.



A cidade convive com marcadas desigualdades territoriais e socioeconômicas, com concentração de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em bairros periféricos e com infraestrutura urbana precária. Segundo o Cadastro Único de 2025, Mauá registra 19.133 famílias em situação de pobreza, das quais mais de 57% são chefiadas por mulheres.

Gráfico 2: Gráfico Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza de Mauá - SP



Esses dados evidenciam a urgência de políticas públicas permanentes e territorializadas que enfrentam os determinantes da insegurança alimentar de forma sistêmica, com integração entre as áreas de assistência social, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Ao longo das últimas décadas, Mauá construiu uma trajetória sólida e pioneira na formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Ainda antes da institucionalização formal do tema pelo poder público, já existiam no território iniciativas de grande impacto lideradas por mulheres da comunidade.

Um exemplo simbólico é a experiência da antiga **Cozinha Comunitária do Macuco**, fundada em **1976** pelas líderes comunitárias, **Francisca Lopes Negri** e **Irene de Araújo Silva**, na Rua Remo Corradini, esquina com a Avenida Adilson Dias de Souza. O funcionamento era todo baseado na solidariedade: os alimentos eram doados por feirantes, comerciantes e açougues da região, e o preparo era feito em fogão à lenha, com apoio de voluntários.

Essas ações populares precederam, inspiraram e fortaleceram a atuação do poder público. Em **1983**, foi criada a **Padaria Municipal,** desde então a cidade vem ampliando e institucionalizando ações voltadas à alimentação, à nutrição e à inclusão social, destacando-se entre os municípios paulistas por seu compromisso histórico com o tema.

Esse histórico evidencia que a política de SAN em Mauá é fruto de uma construção coletiva, onde sociedade civil e governo caminharam juntos — a partir de iniciativas locais, práticas de solidariedade e organização comunitária — para garantir o direito humano à alimentação adequada como prioridade municipal.

Entre os marcos importantes da história da SAN em Mauá, destacam-se:

- A **criação do primeiro Restaurante Popular**, em 2002;
- A **implantação do Banco Municipal de Alimentos** (2004);
- A **criação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional** (2005);
- A **adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** e à **Compra Direta da CONAB**, em 2006;

- A realização da **1ª Feira de Agricultores Familiares** e do **Café Comunitário do Trabalhador**, também em 2006;

- A instituição do **COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**, em 2004;

- A I **Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CMSAN)**, realizada em maio/2011 – Tema: “Alimentação: um direito previsto para todos, uma realidade ausente na mesa de muitos” ; II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em maio/2015 – Tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar” ; III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho/2023 – Tema “Erradicar a Fome e Garantir Direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”;

Essa trajetória demonstra que a Segurança Alimentar e Nutricional em Mauá não é apenas uma pauta emergencial, mas sim uma política pública em consolidação, com raízes na história da cidade e forte respaldo institucional.

Mais recentemente, o município consolidou outras ações destacando no município importantes equipamentos e programas voltados à segurança alimentar, como:

- O **Restaurante Popular** e **Restaurante Popular Móvel** (com fornecimento de refeições);
- O **Café do Trabalhador** (fornecimento de café da manhã gratuíto no terminal de ônibus central)
- A **Alimentação Escolar** (fornecimento de refeições);
- As ações do programa **Banco de Alimentos**;
- A **Sopa Solidária** em parceria com empresários;
- **Cozinha Solidária** (com fornecimento de refeições);
- A adesão ao programa estadual e federal de **Alimentação Escolar (PNAE)** com aquisição direta da agricultura familiar;
- A adesão ao programa federal de **Aquisição de Alimentos (PAA)** com aquisição direta da agricultura familiar;
- A adesão ao programa estadual **Viva Leite**;
- O apoio ao desenvolvimento de **Hortas Comunitárias e Escolares**;
- O projeto **Cozinha Didática** com foco em formação, no segmento de alimentação;
- O projeto **Troca Verde** (incentivo à coleta seletiva e acesso a alimentos frescos);

- Distribuição de **Cestas Básicas**;
- **Feira de Artesanato Itinerante** (comercio de alimentos produzidos artesanalmente);
- **Lanchonete Solidária**;
- **Carrinho Solidário** (comercialização de empreendedores solidários em espaços públicos);
- **Programa Saúde na Escola** (PSE) (ações intersetoriais incluindo alimentação saúdavel);
- **Estratégia de Saúde da Família** (ESF) (ações de educação alimentar e nutricional no território);
- Adesão das orientações técnicas do **Guia Alimentar para a População Brasileira** (Ministério da Saúde);
- **Agenda de Ações Estratégicas para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável** (MS);

Além dessas ações podemos citar também o Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá, que constitui um espaço ampliado e plural de articulação entre o poder público e a sociedade civil. Com caráter propositivo, o Fórum tem como objetivo fortalecer a participação social, promover o diálogo entre diversos segmentos da sociedade e contribuir para a formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no município. É um importante instrumento para construção coletiva de estratégias. Complementarmente, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) exerce papel fundamental no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em Mauá, o CAE atua de forma ativa na verificação da qualidade das refeições, na promoção da educação alimentar nas escolas e na valorização da compra de alimentos da agricultura familiar.

1.4 Metodologia e Participação Social

A elaboração do PLAMSAN de Mauá foi iniciada pela **Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**, que mobilizou sua equipe técnica para formar uma **comissão conjunta com o COMSEA-MAUÁ (Conselho Municipal de Segurança Alimentar)**, pela deliberação Nº 002/2025, em instância de controle social da política de segurança alimentar no município. Composta dos seguintes membros:

- *Alex Trajano*
- *Aline Pezzo*
- *Camila Cristina da Silva*
- *Carmen Cinthia Marini da Silva*

- *Claudionor Borges da Silva*
- *Daniela Brasil Almeida*
- *Hélio Tomaz Rocha*
- *Marco Aurélio Silveira Grande*
- *Marigot Bellver Negri*
- *Ozelito José Benedito*
- *Sandra Regina Rodrigues*
- *Vladimir Garcia*

Essa comissão teve como objetivo estruturar o processo de construção do plano, garantindo a participação social e a articulação entre os diversos setores envolvidos.

A partir dessa base técnica e social, foram solicitados dados e informações à CAISAN-Mauá (Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional), composta por diversas secretarias municipais, além do apoio de outras secretarias com projetos com temáticas relacionadas à segurança alimentar. A construção deste trabalho ocorre no contexto da atual gestão municipal, liderada pelo Prefeito **Marcelo Oliveira**, e conta com a participação das seguintes secretarias:

- **Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional** – Sec. *Hélio Tomaz Rocha*
- **Secretaria de Assistência Social** – Sec. *Fernanda Gomes Dias de Oliveira*
- **Secretaria de Saúde** – Sec. *Eliene de Paula Pinto*
- **Secretaria de Educação** – Sec. Gilmar Silverio
- **Secretaria de Meio Ambiente** – Sec. *Reinaldo Soares de Araújo*
- **Secretaria de Governo** – Sec. *Hélcio Antônio da Silva*
- **Secretaria de Trabalho e Renda** - *Sec. Elton Alves de Carvalho*
- **Secretaria de Esporte e Lazer** - *Sec. Marcio Bertucci Correa*

Apoio:

- **Gabinete do Prefeito** - *Sec. Mariangela Souza Secchi*
- **Secretaria de Comunicação** - *Sec. Mario Pereira de Souza*
- **Secretaria de Assuntos Jurídicos** - *Sec. Matheus Martins Sant Anna*

Com base nesse diálogo ampliado, foi realizado um **levantamento diagnóstico integrado**, reunindo dados sociais, econômicos, nutricionais e de infraestrutura do município. Foram utilizadas fontes como o **Censo Demográfico 2022 (IBGE)**, o **Plano Plurianual de Mauá (2022–2025)**, o **Cadastro Único**, além de relatórios das secretarias municipais. Esse diagnóstico subsidiou a definição dos eixos estratégicos e das prioridades de ação do plano.

Com base nas contribuições coletadas e nas diretrizes do **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**, a equipe de comissão elaborou o documento do PLAMSAN de forma técnica e colaborativa, estruturando-o em eixos, objetivos e ações estratégicas com metas para o período de **2025 a 2028**.

A versão preliminar do plano foi apresentada à população em **audiência pública no dia 21 de maio de 2025**, na **Câmara Municipal de Mauá**, reunindo representantes do Executivo, Legislativo, conselhos municipais, entidades da sociedade civil e munícipes em geral. Durante o evento, foram colhidas sugestões para ajustes e validação social do documento.

A versão final do plano foi então **validada pela Comissão do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional** e encaminhada para formalização via **Lei Municipal**, garantindo sua institucionalização como instrumento de planejamento público e sua integração ao SISAN.

2. Diagnóstico da Situação Alimentar e Nutricional

2.1 Perfil Socioeconômico e Vulnerabilidades

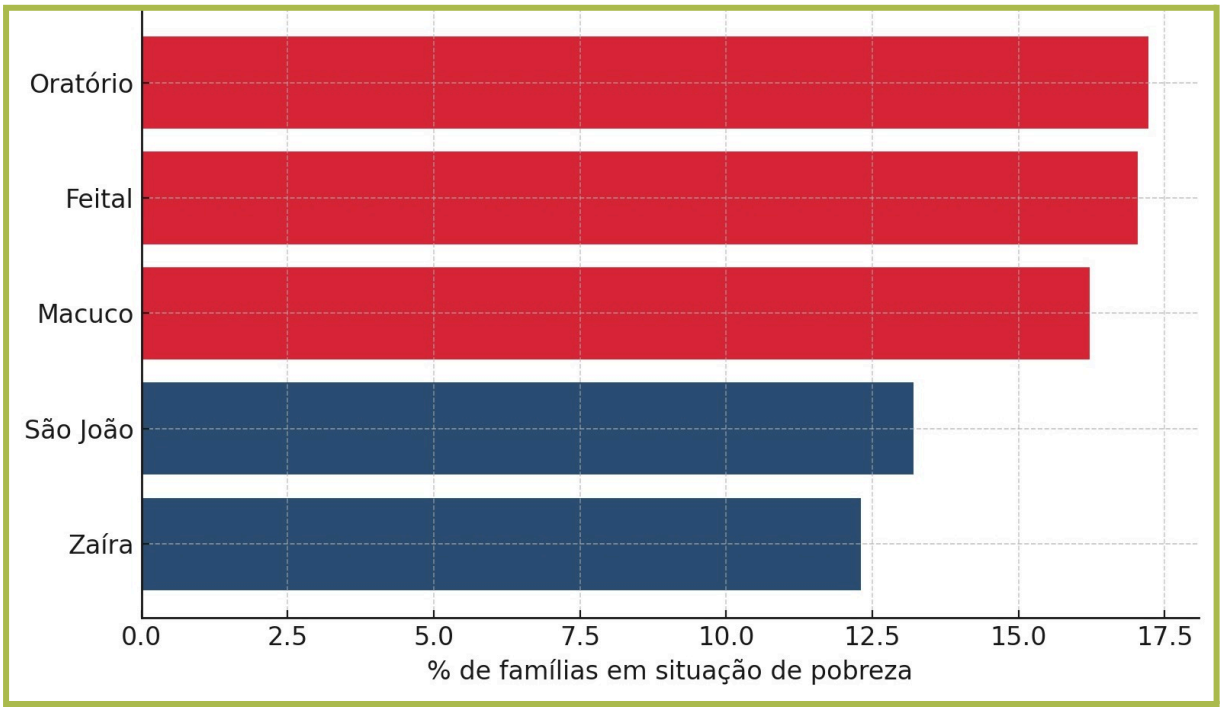
O município de Mauá apresenta **expressivas desigualdades socioeconômicas**, com forte presença de famílias em situação de pobreza distribuídas de forma desigual pelo território.

De acordo com os dados dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), **19.133 famílias** estão registradas em situação de pobreza no município. Considerando a população total de **418.242 habitantes**, isso representa aproximadamente **4,6% da população mauaense** afetada por esse nível de vulnerabilidade.

Gráfico 3: % da população em situação de pobreza em Mauá-SP

A distribuição territorial aponta concentrações mais elevadas nos CRAS Oratório (17,22%), Feital (17,04%) e Macuco (16,22%), seguidos por São João (13,2%) e Zaira (12,31%). Esses dados revelam a existência de bolsões de pobreza e vulnerabilidade que exigem políticas públicas localizadas, integradas e contínuas, especialmente no campo da segurança alimentar e nutricional.

Gráfico 4: Distribuição da % da população em Vulnerabilidade por CRAS



Um olhar territorial sobre a pobreza em Mauá revela desigualdades marcantes entre os diferentes bairros e regiões administrativas do município. Com base nos dados municipais, identificam-se três grandes áreas com maior concentração de famílias em situação de

pobreza: os territórios atendidos pelos CRAS Feital e São João, CRAS Zaíra e Macuco, e CRAS Oratório. Juntas, essas regiões concentram 14.539 das 19.133 famílias em situação de pobreza na cidade, o que representa aproximadamente 76% do total.

A região formada pelos CRAS Feital e São João, localizada ao longo do chamado Eixo Barão da Cidade, reúne 5.785 famílias em situação de pobreza (30,24% do total do município). Entre essas famílias, 3.272 são chefiadas por mães solo (30,00%), 2.244 têm crianças de 0 a 6 anos (30,37%) e 2.650 têm jovens de 15 a 29 anos em sua composição (30,57%). Já os territórios do CRAS Zaíra e Macuco somam 5.460 famílias em situação de pobreza (28,53%), das quais 3.147 são chefiadas por mães solo (28,86%), 2.104 têm crianças pequenas (28,47%) e 2.517 contam com jovens entre 15 e 29 anos (29,04%). O CRAS Oratório, por sua vez, concentra 3.294 famílias (17,22%), sendo 1.946 lideradas por mães solo (17,85%), 1.324 com crianças de 0 a 6 anos (17,92%) e 1.569 com jovens (18,10%).

Ao analisar o conjunto dessas três regiões, evidencia-se que a maior parte da população em situação de vulnerabilidade está concentrada em áreas específicas, com forte presença de mulheres responsáveis pelo domicílio, crianças pequenas e jovens — grupos historicamente mais impactados pela insegurança alimentar e pela precariedade de acesso a políticas públicas.

Se estendermos esse olhar para incluir os territórios atendidos pelos CRAS Falchi e Parque das Américas, compõe-se um recorte ainda mais expressivo: o chamado “lado de baixo da cidade”. Essa região responde por 17.673 famílias em situação de pobreza, o que representa 92,37% do total municipal. Dentre elas, 11.499 são chefiadas por mães solo (92,46%), 6.839 têm crianças de 0 a 6 anos (92,56%) e 8.052 têm jovens de 15 a 29 anos (92,89%).

Esses dados territoriais são fundamentais para a construção do PLAMSAN, pois apontam com clareza os locais onde as políticas públicas precisam ser mais incisivas, integradas e contínuas. A territorialização das ações e a priorização de grupos vulnerabilizados — como mulheres, crianças e jovens — são estratégias centrais para garantir o direito à alimentação adequada e saudável de forma equitativa e efetiva em Mauá.

2.2 Insegurança Alimentar e Condições Nutricionais

A insegurança alimentar em Mauá acompanha uma realidade nacional agravada nos últimos anos, com impactos intensificados por crises sociais e econômicas recentes. De acordo com o IBGE (2023), 72,4% dos domicílios brasileiros vivenciaram algum grau de

insegurança alimentar. Embora os dados específicos do município ainda demandem maior detalhamento, registros locais da Secretaria Municipal de Saúde e da rede socioassistencial apontam a persistência de situações de insegurança alimentar moderada e grave, especialmente entre famílias com crianças pequenas, idosos e beneficiários de programas sociais, em grande parte chefiadas por mulheres.

Somam-se a esse cenário os efeitos da chamada **dupla carga da má nutrição**, marcada pela coexistência de desnutrição em alguns grupos populacionais e o aumento de casos de sobrepeso, obesidade, hipertensão e diabetes – especialmente entre crianças, adolescentes e idosos. Padrões alimentares, como o consumo reduzido de alimentos in natura e o crescimento do consumo de ultraprocessados, têm contribuído diretamente para o aumento de doenças crônicas não transmissíveis.

Além dos hábitos alimentares, outros fatores estruturantes influenciam a saúde da população e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. O acesso regular à água potável e ao esgotamento sanitário, por exemplo, ainda apresenta desafios em áreas mais vulneráveis do município, impactando diretamente a segurança hídrica, a preparação dos alimentos e a prevenção de doenças infecciosas. Esses aspectos, acompanhados pelas equipes de saúde da atenção básica, são considerados fundamentais para a promoção da saúde integral.

Mauá conta com políticas públicas relevantes no enfrentamento dessas questões, como a Estratégia Saúde da Família, os atendimentos de acompanhamento nutricional em Unidades Básicas de Saúde, e a participação em programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o Bolsa Família. A articulação entre essas políticas, porém, demanda ações cada vez mais integradas entre os setores da saúde, educação, assistência social, abastecimento e agricultura, com foco na promoção da alimentação adequada, saudável e culturalmente apropriada.

A Secretaria de Saúde tem apontado a necessidade de consolidar estratégias voltadas à educação alimentar e nutricional, ao fortalecimento das ações de promoção da saúde e à ampliação de iniciativas que favoreçam o acesso a alimentos de qualidade no território. O incentivo à produção local de alimentos, por meio de hortas urbanas, quintais produtivos e compras públicas da agricultura familiar, também tem sido identificado como um caminho estratégico para fortalecer a soberania alimentar do município.

Diante desse panorama, torna-se essencial avançar em um planejamento territorializado e intersetorial para a segurança alimentar e nutricional, que considere as realidades

específicas dos diferentes bairros e públicos de Mauá. A promoção de um ambiente alimentar saudável e acessível, o fortalecimento da governança local e a escuta ativa das comunidades são fundamentais para garantir o direito à alimentação como parte das políticas públicas de saúde e desenvolvimento.

2.3 Oferta Alimentar, Produção Local e Rede de Abastecimento

A oferta alimentar em Mauá é garantida por uma combinação de iniciativas públicas e privadas, sendo que o setor privado — com supermercados e comércios de bairro — ainda representa a principal fonte de abastecimento cotidiano da população. No entanto, essa estrutura apresenta limitações quanto à distribuição territorial e à qualidade nutricional dos alimentos ofertados, especialmente em áreas periféricas, onde são identificados desertos alimentares e predominância de produtos ultraprocessados.

É fundamental considerar também a diversidade alimentar presente nos territórios urbanos, respeitando saberes e práticas tradicionais de grupos historicamente invisibilizados. A alimentação de comunidades tradicionais — como indígenas em contexto urbano, povos de terreiro e migrantes nordestinos — carrega saberes alimentares que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e devem ser reconhecidos e valorizados nas políticas públicas do município.

Feiras Livres

O município conta com 35 feiras livres, sendo 31 diurnas (realizadas de terça a domingo, das 5h às 14h) e 4 noturnas, ampliando o acesso direto a alimentos frescos e fortalecendo a dinâmica de comércio local. Apesar da ampla presença territorial, ainda existem desafios para garantir maior equidade no acesso às feiras, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade.

Imagem 2: Endereço das Feiras Livres (das 5h às 14h) e Noturnas e Gastronômicas (das 15h às 23h)

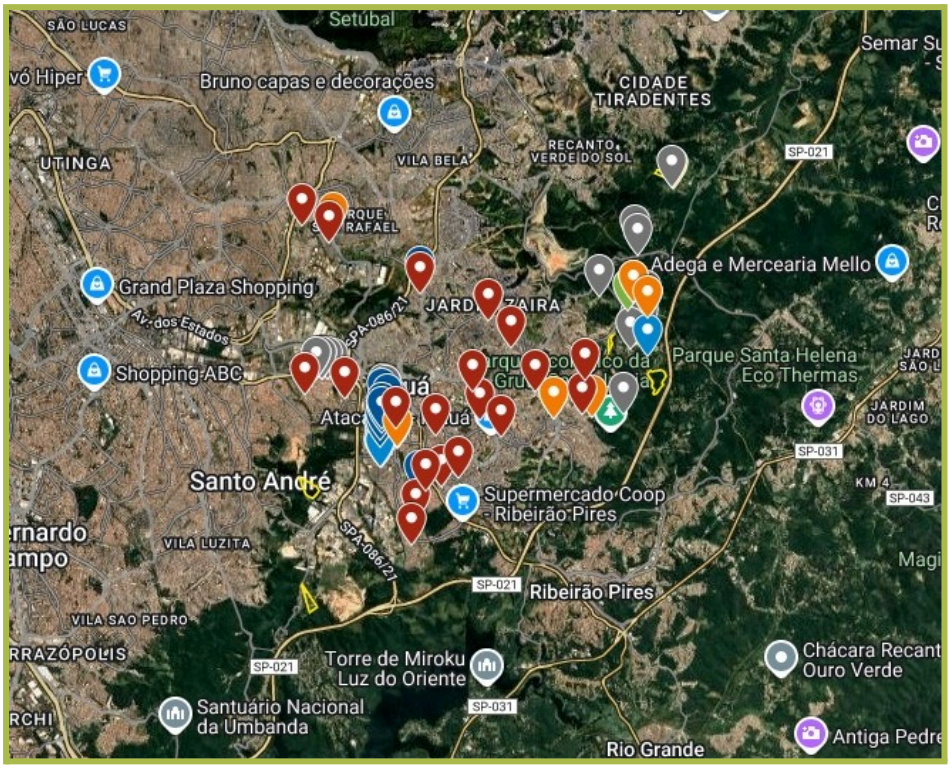
Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)

Mauá possui um ecossistema em expansão de AUP, composto por hortas comunitárias, hortas escolares e quintais produtivos. Um levantamento realizado pelo Núcleo de Agroecologia da UFABC identificou mais de 30 áreas com cultivo ativo, com práticas

relacionadas à agroecologia, soberania alimentar e geração de renda.

Apesar da diversidade de iniciativas, esses espaços enfrentam obstáculos como escassez de infraestrutura, ausência de apoio técnico contínuo, insegurança fundiária e carência de uma política pública municipal estruturada. Ainda assim, representam uma frente estratégica para a construção de circuitos curtos de comercialização e para o fortalecimento da educação alimentar e nutricional.

Imagem 3: Mapa Georreferenciamento Hortas Urbanas e Periurbanas Mauá-SP (fonte: NEA UFABC)



Equipamentos e Abastecimento Público

Mauá conta com uma rede descentralizada de abastecimento, que inclui tanto empreendimentos privados quanto políticas públicas estruturadas. Destacam-se iniciativas como o Restaurante Popular (fixo e móvel), a Cozinha Solidária, o Café do Trabalhador, o Banco de Alimentos, o projeto Troca Verde, a distribuição de cestas básicas, entre outros. Esses programas têm papel fundamental na garantia do direito humano à alimentação adequada, especialmente para populações em situação de insegurança alimentar.

2.4 Políticas Públicas, Equipamentos e Serviços Existentes

Mauá tem consolidado ao longo dos anos uma rede expressiva de políticas públicas e equipamentos voltados à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com

ações que vão desde o fornecimento direto de refeições até programas de formação, inclusão produtiva e incentivo à agricultura familiar.

Essas ações já resultam em impactos significativos. Somente com os programas de alimentação escolar e equipamentos públicos de refeição, o município distribui milhares de refeições por ano, alcançando tanto estudantes da rede pública quanto populações em situação de vulnerabilidade. A adesão a políticas nacionais, como o PNAE e o PAA, fortaleceu a aquisição de alimentos da agricultura familiar e promoveu o acesso a alimentos saudáveis.

Imagem 4: Associações Contempladas pelo PAA (2024)

Projetos como hortas comunitárias e escolares, cozinhas-escola e iniciativas de educação alimentar vêm ampliando o engajamento social e contribuindo para o fortalecimento de uma cultura de soberania e cidadania alimentar.

Apesar desses avanços, persistem desafios importantes, como a fragmentação das ações entre secretarias, a limitação orçamentária para expansão das iniciativas, a ausência de mecanismos regulares de monitoramento e avaliação, e a necessidade de maior proteção normativa. Nesse cenário, a institucionalização da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é fundamental para garantir a continuidade, articulação e sustentabilidade das ações.

Em **2024**, os programas e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá apresentaram resultados expressivos. O *Café do Trabalhador*, localizado no Terminal Rodoviário Central, atendeu aproximadamente **428.475 pessoas ao longo do ano**, oferecendo café da manhã gratuito. O *Restaurante Popular Central* serviu **263.059 refeições**, enquanto o *Restaurante Popular Móvel* distribuiu **46.419 refeições** em cinco bairros: Jardim Kennedy, Jardim Pajussara, Vila Magine, Jardim Zaíra e Vila Carlina. Na rede municipal de ensino, foram servidas cerca de **1 milhão de refeições escolares** no mesmo período. Por meio do *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)* foram investidos **R$967.138,68** na compra de alimentos da **agricultura familiar**. O município também conta com **35 feiras livres** distribuídas nos bairros, e **20 hortas comunitárias e escolares ativas**, contribuindo para o acesso a alimentos frescos e a promoção da educação ambiental. Iniciativas como a *Sopa Solidária* serviu **18.200 sopas**, o *Banco de Alimentos* atendeu **90 organizações sociais** distribuindo **550 toneladas de alimentos**, a *Cozinha Solidária* serviu **9.620 refeições,** tivemos a distribuição de **3100 cestas básica,** e a formação de **404 pessoas** pela *Cozinha Didática*.

Imagem 5: Infográfico de Impactos

2.5 Principais Desafios e Oportunidades

Desafios:

Apesar dos avanços conquistados, ainda existem aspectos que demandam atenção para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município. A ausência de um sistema contínuo de coleta e análise de dados desagregados sobre insegurança alimentar dificulta o monitoramento e o planejamento de ações mais direcionadas. Observam-se

desigualdades territoriais no acesso a alimentos adequados e saudáveis, com registros de vulnerabilidades específicas. Além disso, os impactos das doenças crônicas relacionadas à alimentação reforçam a importância de políticas permanentes de promoção da saúde. A articulação intersetorial entre áreas estratégicas como saúde, educação, assistência social e meio ambiente pode ser aprimorada para ampliar a efetividade das ações. Por fim, há espaço para o fortalecimento das iniciativas de produção local de alimentos, especialmente nas áreas urbanas e periurbanas.

Oportunidades:
Mauá dispõe de uma ampla rede de equipamentos e projetos públicos que demonstram histórico de inovação social e grande capilaridade territorial. A presença da UFABC e de núcleos de pesquisa parceiros representa um diferencial para a construção de soluções baseadas em evidências e conhecimento técnico. Iniciativas consolidadas em agricultura urbana e as possibilidades de expansão da compra institucional por meio do PNAE e PAA indicam caminhos promissores para o desenvolvimento de circuitos curtos de produção e consumo. A atuação ativa do COMSEA fortalece os mecanismos de participação social e controle público, podendo ampliar seu papel propositivo. Além disso, experiências bem-sucedidas em Educação Alimentar e Nutricional e formação culinária oferecem subsídios para a replicação em diferentes territórios e públicos.

3. Diretrizes e Compromissos

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá (PLAMSAN) está alicerçado em princípios fundamentais como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a soberania alimentar, a sustentabilidade dos sistemas alimentares locais e a justiça social. Esses princípios se traduzem em compromissos concretos com a promoção da alimentação saudável, o fortalecimento da agricultura familiar e urbana, a inclusão social e a participação cidadã nas políticas públicas.

Inspirado pelas diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e em consonância com a Agenda 2030, o PLAMSAN alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os que tratam da erradicação da fome e da pobreza (ODS 1 e 2), promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), igualdade de gênero (ODS 5), acesso à água e saneamento (ODS 6), trabalho decente (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10), construção de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção responsáveis (ODS 12), enfrentamento das mudanças climáticas (ODS 13) e fortalecimento das parcerias para a implementação das metas (ODS 17).

Imagem 6: ODS 2030 (Fonte: ONU Brasil)

Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

O Plano reafirma o direito de todos os cidadãos a uma alimentação nutritiva, segura, culturalmente apropriada e promotora da saúde, conforme previsto na Lei nº 11.346/2006. Tal garantia deve respeitar a diversidade e as especificidades socioeconômicas da população mauaense.

Soberania e Segurança Alimentar

A soberania alimentar é entendida como o direito das comunidades a definirem suas próprias políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos. A segurança alimentar será promovida com foco na qualidade nutricional, enfrentando tanto a fome quanto problemas como a obesidade e doenças associadas.

Sustentabilidade dos Sistemas Alimentares

O PLAMSAN orienta a construção de um sistema alimentar sustentável, priorizando práticas agroecológicas, a agricultura familiar, feiras livres e mercados locais, com respeito ao meio ambiente e à diversidade sociocultural. Incentiva-se a produção e o consumo locais, reduzindo impactos ambientais e fortalecendo a economia do território.

Valorização da Agricultura Familiar e Urbana

O plano reconhece o papel estratégico da agricultura familiar e das hortas urbanas na geração de renda, inclusão social e abastecimento alimentar saudável. O apoio técnico, a diversificação produtiva e o fortalecimento de cadeias curtas de comercialização serão promovidos como ferramentas de inclusão produtiva.

Participação Social e Intersetorialidade

A governança do PLAMSAN será democrática e participativa, com envolvimento ativo da sociedade civil e articulação entre políticas públicas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, urbanismo e agricultura. A intersetorialidade será um eixo transversal para garantir efetividade nas ações.

Justiça Social e Equidade

Com foco na redução das desigualdades, o PLAMSAN prioriza ações voltadas a grupos em maior vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, famílias de baixa renda e moradores de periferias. O fortalecimento da rede de proteção social será essencial para ampliar o acesso à alimentação adequada.

Educação Alimentar e Nutricional

A educação alimentar será estimulada em escolas, comunidades e espaços públicos, promovendo escolhas alimentares mais conscientes e sustentáveis. Também serão oferecidas ações formativas para produtores, visando práticas agroecológicas e manejo responsável dos recursos.

Promoção de Políticas Públicas Integradas

O PLAMSAN propõe a construção de políticas públicas integradas que garantam o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, enfrentando causas estruturais da insegurança alimentar como pobreza, desigualdade e exclusão econômica. Espaços como feiras livres serão fortalecidos como pontos de acesso a alimentos de qualidade e de incentivo à economia local.

4. Eixos Estratégicos e Ações Prioritárias

O combate à insegurança alimentar e nutricional em Mauá exige uma abordagem sistêmica, intersetorial e territorializada. A seguir, são apresentados os **cinco eixos estratégicos** que norteiam o plano municipal, com ações prioritárias que respondem às necessidades

identificadas e fortalecem a construção de um sistema alimentar justo, resiliente e sustentável.

Eixo 1: Direito Humano à Alimentação Adequada e Combate à Fome

Objetivo: Promover o acesso digno e regular à alimentação adequada e saudável, com atenção especial a populações em situação de vulnerabilidade social.

Ações Prioritárias:

- Qualificar a execução dos programas de aquisição de alimentos (PAA) e alimentação escolar (PNAE), com incentivo à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, conforme disponibilidade e regulamentação vigente.

- Manter e aprimorar os Restaurantes Populares e Cozinhas Solidárias em funcionamento, com atenção aos territórios de maior vulnerabilidade.

- Estudar mecanismos de escuta, registro e acompanhamento de possíveis violações ao direito humano à alimentação adequada.

- Intensificar o trabalho social nos CRAS com famílias em situação de vulnerabilidade social e em risco nutricional.

- Criar Comitês Territoriais de atenção e redução da insegurança alimentar nas três regiões mais vulneráveis da cidade.

Eixo 2: Produção Local e Abastecimento Sustentável

Objetivo: Apoiar sistemas de produção de base agroecológica e iniciativas de abastecimento alimentar que favoreçam o acesso a alimentos saudáveis e valorizem circuitos curtos de comercialização.

Ações Prioritárias:

- Apoiar hortas comunitárias, escolares, urbanas e periurbanas por meio de formação técnica e, quando possível, fornecimento de insumos e infraestrutura básica.

- Ampliar e qualificar as Feiras Livres Municipais, com incentivo à comercialização de alimentos frescos e saudáveis.

- Fomentar, conforme viabilidade e regulamentação, a participação de agricultores familiares nos processos de compras públicas vinculados à alimentação escolar e programas sociais.

- Fomentar projetos que integrem práticas esportivas a atividades de cultivo de hortas residenciais, com apoio técnico.

Eixo 3: Educação Alimentar e Nutricional nas Comunidades e Escolas

Objetivo: Promover práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e adequadas ao contexto sociocultural por meio de ações educativas permanentes.

Ações Prioritárias:

- Desenvolver campanhas de comunicação e educação para sensibilização sobre alimentação saudável, cultura alimentar e consumo consciente.

- Apoiar a implementação de hortas escolares com fins pedagógicos e a realização de visitas a espaços de produção e abastecimento alimentar do município.

- Implementar nos grupos de PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) ações de avaliação nutricional e educação alimentar, realizadas em parceria com a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Promover ações de conscientização sobre alimentação saudável durante aulas de esportes, campeonatos e eventos municipais.

- Oferecer frutas, água e lanches saudáveis gratuitamente em eventos de esportes, estimulando a alimentação nutritiva.

- Realizar oficinas de orientação nutricional para atletas de escolinhas esportivas e equipes representativas.

- Oferecer cursos para técnicos, professores e monitores sobre alimentação saudável e seu impacto no desempenho esportivo.

Eixo 4: Resposta a Emergências Alimentares

Objetivo: Estruturar estratégias de resposta rápida e coordenada diante de situações que afetem o acesso à alimentação, como crises socioeconômicas, sanitárias ou ambientais.

Ações Prioritárias:

- Estruturar estoques públicos e kits emergenciais com foco em alimentos adequados e nutritivos.

- Promover articulação com organizações da sociedade civil e redes de solidariedade para atuação conjunta em momentos de crise.

- Integrar ações emergenciais às políticas de proteção social do município, fortalecendo a abordagem intersetorial.

Eixo 5: Políticas Públicas e Governança Integrada

Objetivo: Consolidar a governança da segurança alimentar e nutricional por meio da articulação entre setores, participação social e institucionalização de políticas públicas.

Ações Prioritárias:

- Reforçar o papel do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e da Câmara Intersetorial de SAN (CAISAN), promovendo ampla representatividade e efetividade nos processos participativos.
- Apoiar e intensificar as ações formativas por intermédio do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, visando a capacitação das entidades parceiras.

- Promover seminários, simpósios, encontros, colóquios, rodas de conversas, dentre outras, abordando temas de SAN.

- Estimular a construção de marcos legais e instrumentos de planejamento e financiamento que assegurem a continuidade e a integração das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município, como a criação do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (PMAA), na modalidade institucional, em que o município realiza a compra direta de alimentos da agricultura familiar com recursos do próprio Tesouro Municipal. Essa iniciativa visa fortalecer os circuitos locais de produção e abastecimento, garantir o fornecimento de alimentos saudáveis para

equipamentos públicos e promover o desenvolvimento rural sustentável.

- Promover a articulação entre as áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, trabalho e renda e outras políticas relacionadas à segurança alimentar.

5. Metas, Indicadores e Monitoramento

O acompanhamento das ações previstas no PLAMSAN será realizado com base em metas e indicadores definidos para cada eixo estratégico. As metas envolvem tanto objetivos quantitativos quanto qualitativos e estão associadas a prazos e responsabilidades institucionais. O monitoramento será contínuo pela CAISAN Municipal, com apoio do COMSEA e demais órgãos interessados da sociedade civil, permitindo a revisão e readequação das estratégias de forma participativa e transparente. As metas e indicadores estão descritas na tabela a seguir:

Tabela 1: Metas e Indicadores

Eixo Estratégico	**Meta Geral**	**Indicadores Propostos**
1. Direito à Alimentação Adequada e Combate à Fome	Garantir e ampliar o acesso regular à alimentação adequada.	- Nº de refeições servidas em restaurantes e cozinhas solidárias - Percentual de aquisição da agricultura familiar no PNAE/PAA - Valor monetário destinado ao PNAE/PAA - Nº de famílias atendidas pelo CRAS -Nº de comitês implantados
2. Produção Local e Abastecimento Sustentável	Fortalecer práticas locais de produção e abastecimento de alimentos saudáveis.	- Nº de hortas apoiadas (comunitárias, escolares, urbanas) - Nº de feiras livres ampliadas ou qualificadas - Projeto Hortas e Esportes implantado
3. Educação Alimentar e Nutricional nas Comunidades e Escolas	Promover ações educativas permanentes sobre alimentação saudável.	- Nº de campanhas e materiais educativos produzidos - Nº de escolas com hortas pedagógicas ativas - Nº de famílias atendidas com ações de EAN - Percentual de eventos com campanhas educativas

		- Percentual de eventos com distribuição de alimentos saudáveis - Nº de alunos capacitados nas escolas esportivas - Nº de profissionais capacitados sobre alimentação e desempenho esportivo
4. Resposta a Emergências Alimentares	Estruturar respostas coordenadas a situações de crise alimentar.	- Nº de kits ou cestas distribuídas em situações de emergência - Nº de ações realizadas em parceria com redes de solidariedade
5. Políticas Públicas e Governança Integrada	Consolidar a articulação intersetorial e a governança da SAN.	- Nº de reuniões da CAISAN e do COMSEA com participação ativa - Nº de formações pelo fórum de SAN - Nº de eventos formativos - Nº de instrumentos legais e orçamentários elaborados - Nº de ações intersetoriais implementadas

Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação

A **Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá,** será responsável pela coordenação do monitoramento das metas.

- As secretarias municipais envolvidas, por meio da **CAISAN-MAUÁ,** devem acompanhar e alimentar o sistema de monitoramento.

- O **COMSEA-MAUÁ** e demais órgãos da sociedade civil interessados, terão papel consultivo na análise das metas, propondo ajustes e assegurando o controle social.

6. Implementação e Gestão do Plano

A efetiva implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá exige uma governança sólida, articulação intersetorial contínua, planejamento estruturado e definição clara de responsabilidades, prazos e fontes de financiamento.

6.1 Governança e Coordenação Intersetorial

A gestão do plano será coordenada pela Prefeitura de Mauá, por meio da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, em articulação com outras secretarias municipais, garantindo uma atuação integrada.

A articulação entre as áreas técnicas será feita por grupo intersetorial que acompanhará a execução das ações, o monitoramento dos indicadores e a revisão das estratégias sempre que necessário.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) assegurará a participação da sociedade civil e o diálogo com o poder público, exercendo o papel de controle social.

6.2 Cronograma de Execução (2025–2028)

O plano será desenvolvido em um ciclo de quatro anos, com revisões periódicas para ajustes e aprimoramento das estratégias. O cronograma abaixo apresenta os marcos principais de cada etapa:

Tabela 2: Cronograma de Execução

Ano	Etapas Principais
2025	Estruturação inicial: implementação de marcos legais, mobilização das secretarias e início das ações prioritárias.
2026	Consolidação: ampliação das ações em todos os eixos, fortalecimento das parcerias e realização da primeira avaliação intermediária.
2027	Ajustes e aprofundamento: intensificação do monitoramento, ajustes estratégicos e fortalecimento das redes locais.
2028	Fechamento do ciclo: avaliação final, sistematização dos resultados e construção das bases para o próximo ciclo de planejamento.

6.3 Orçamento e Fontes de Financiamento

A implementação das ações contará com **recursos do orçamento municipal**, com a previsão de dotação específica para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA).

Outras fontes complementares incluem:

- **Recursos estaduais e federais**, via programas como PAA, PNAE, e emendas parlamentares, entre outros.

- **Convênios com universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil,** entre outros.

- **Parcerias com o setor privado e organismos internacionais** voltados à promoção da segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

7. Avaliação e Atualização

A avaliação contínua e a atualização periódica são essenciais para garantir a efetividade, a coerência e a relevância do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá ao longo do tempo.

7.1 Avaliação de Resultados e Impactos

A avaliação será conduzida com base nos **indicadores definidos para cada eixo estratégico**, contemplando aspectos **quantitativos** (metas numéricas) e **qualitativos** (percepção da população, melhorias nos serviços, inclusão social etc.). Serão observados especialmente:

- Evolução do acesso à alimentação adequada.

- Ampliação da produção e distribuição de alimentos saudáveis.

- Engajamento comunitário e fortalecimento de redes locais.

- Efetividade das respostas a emergências alimentares.

- Nível de institucionalização das políticas públicas de SAN.

7.2 Procedimentos e Periodicidade para Atualização do Plano

O plano será revisado de forma **anual**, e ajustado caso necessário, com base nos resultados de monitoramento e nas mudanças no contexto social, econômico e institucional.

Ao final do ciclo, será realizada uma **avaliação global de impactos**, com sistematização de aprendizados e formulação de um novo ciclo de planejamento.

Considerações Finais

A construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá (PLAMSAN) representa um marco no fortalecimento das políticas públicas que garantem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no município. Sua elaboração foi profundamente enriquecida pelas contribuições coletadas na audiência pública, realizada no dia 21/05/2025, que contou com expressiva participação de representantes da sociedade civil, lideranças comunitárias, gestores públicos e entidades sociais.

A audiência pública reforçou a percepção de que a insegurança alimentar segue sendo um desafio significativo: **83,3% dos participantes** relataram que há pessoas passando fome ou vivendo em insegurança alimentar em seus bairros. Entre os principais fatores apontados estão o desemprego (61,1%), a renda insuficiente (50%) e o alto custo dos alimentos (53,7%).
Ao mesmo tempo, foram destacadas importantes fortalezas, como o reconhecimento e a utilização de diversos programas e equipamentos já existentes, incluindo o Banco de Alimentos (57,4%), o PAA (42,6%), a merenda escolar (33,3%), e os Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias (38,9%). Esse reconhecimento reforça a necessidade de continuidade e ampliação dessas iniciativas, com foco na melhoria de sua capilaridade e efetividade.
As propostas trazidas pela sociedade civil apontam caminhos concretos para o fortalecimento do plano, entre as quais se destacam:

- **Ampliar o Banco de Alimentos (59,3%)**;

- **Criar ou expandir hortas urbanas (37%)**;

- **Ampliar as feiras de alimentos acessíveis (48,1%)**;
- **Realizar campanhas permanentes de educação alimentar (42,6%)**;
- **Apoiar a agricultura familiar (37%)**.

Diversas sugestões reforçaram o compromisso com a ampliação da oferta de alimentos saudáveis, o fortalecimento das compras públicas da agricultura familiar, a criação de novas políticas para povos indígenas e comunidades tradicionais, e a necessidade de ações mais próximas dos territórios, como reuniões comunitárias e pontos de distribuição mais acessíveis. Também foram enfatizadas ações importantes como:

- Ampliar cursos sobre **reaproveitamento de alimentos** e **educação alimentar**;
- Garantir **transparência na aplicação dos recursos**;
- **Fortalecer a articulação intersetorial**, reduzindo burocracias;
- Valorizar as práticas alimentares de **povos indígenas e comunidades tradicionais**;
- Melhorar a **comunicação institucional** e a divulgação dos programas públicos.

A participação social expressiva ficou evidenciada no interesse de **68,5% dos participantes** que manifestaram vontade de acompanhar ou participar da implementação do plano. Este dado reforça a importância de **fortalecer mecanismos de participação e controle social**, garantindo canais permanentes de diálogo entre o poder público e a sociedade civil.
Por fim, o processo de construção do PLAMSAN evidencia a maturidade da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional em Mauá, que alia uma trajetória histórica de pioneirismo com um olhar atento e sensível às demandas atuais.

Glossário de Siglas

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CadÚnico – Cadastro Único
CAISAN – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá
CMSAN – Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOA - Lei Orçamentária Anual
NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PMAA - Programa Municipal de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SSAN – Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SVS – Secretaria de Vigilância Sanitária
UFABC – Universidade Federal do ABC